



A relação sociedade x natureza em ambientes segregados: o caso das favelas São José e Timbó, município de João Pessoa (PB)

Dalva Damiana Estevam da Silva¹, Jackson Epaminondas de Sousa², Jocélio Araújo dos Santos³

¹ Graduanda do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental – IFPB / Campus Princesa Isabel. E-mail: dalvaestevamifpb@gmail.com.

² Graduando do Curso de Engenharia de Produção – UFCG / Campus Sumé. Bolsista do PROBEX. E-mail: Jackson.ep@hotmail.com.

³ Professor FUNETEC/João Pessoa (PB). Mestre em Geografia– UFPB. E-mail: joceliop@hotmail.com

Resumo A cidade de João Pessoa possui 31 áreas de risco, distribuídas em diversos bairros. As condições de habitabilidade preocupam a sociedade e o poder público, já que são áreas criadas sem planejamento e infraestrutura básica. É notório em dias de chuva de forte intensidade vivenciar momentos de caos nos principais corredores viários, nas áreas de risco e bairros da urbe. Diversas ruas são alagadas, ocorre grande congestionamento no trânsito, desabamentos de casebres, áreas ribeirinhas são inundadas, barreiras deslizam em algumas áreas da cidade. Observar as diversas formas de atenuação dos problemas, partindo dos moradores e do poder público; pesquisar as diferentes formas de degradação ambiental e propor soluções apropriadas para as áreas degradadas; traçar um perfil dos principais problemas ambientais oriundos dos diversos tipos de uso e ocupação do solo foram os objetivos do trabalho. As favelas, São José e Timbó, são retratos latentes da realidade da problemática ambiental e habitacional da cidade de João Pessoa, que devido a falta de habitabilidade mínima desencadeasse vários impactos ambientais e degradação ao meio ambiente urbano. Às áreas de risco tratadas no estudo em tela reflete também a luz da desigualdade social e conseqüentemente a segregação socioespacial, dividem espaços com as camadas favorecidas da cidade que corroboram para a péssima qualidade ambiental. Se o poder público não atuar de forma definitiva para sanar os problemas agravados pelas moradias os resultados serão cada vez mais catastróficos. Necessita atuar com eficácia e com medidas não paliativas atuando no período chuvoso e nos meses que o antecedem. Os procedimentos metodológicos adotados foram Levantamento bibliográfico com ênfase na questão ambiental urbana; pesquisa documental junto aos órgãos públicos; análise das informações coletadas e Trabalho de Campo, a fim de apreender e levantar acervo fotográfico da degradação ambiental nos ambientes segregados a partir do uso e ocupação do solo.

Palavras-chave: degradação, favela, são José, segregação, timbó

1. INTRODUÇÃO

A cidade de João Pessoa possui 31 áreas de risco, distribuídas em diversos bairros. As condições físicas onde estão implantadas as moradias preocupa a sociedade e o poder público. Por falta de planejamento urbano, é notório, em dias de chuva de forte intensidade, observar o caos que vive a população que habita as áreas de risco. Diversas ruas são alagadas, ocorre grande congestionamento no trânsito, áreas ribeirinhas são inundadas e deslizamento de encostas.

As áreas de risco da cidade são ocupadas por uma população de baixa renda em virtude da segregação socioespacial que se faz presente no município de João Pessoa (PB), ocasionando, conseqüentemente, degradação ambiental sobre essas áreas. O aumento da população e da urbanização acarretou drásticas transformações no meio físico e social. A procura pelas áreas impróprias para a edificação de moradias ilegais se dá uma vez que são encontradas desocupadas devido às limitações físico-naturais e legais. Por outro lado, o êxodo rural a partir da década de 50 motivado pela forte industrialização e o rápido crescimento das cidades brasileiras resultou em graves problemas ambientais urbanos com o surgimento de diversas metrópoles.

O trabalho expõe de forma clara e precisa como vem sendo trabalhada a questão ambiental nas áreas de risco escolhidas para o desenvolvimento da pesquisa. A escolha das áreas de estudo, favelas São José e Timbó, deve-se ao fato de serem preocupantes os locais onde as moradias estão localizadas: no sopé das encostas e nas áreas de várzeas. No período de chuvas de forte intensidade, ocorrem deslizamentos de barreiras e inundações, causando grandes acidentes e/ou prejuízos as comunidades.



Nossos objetivos foram: Investigar as ocorrências de deslizamentos de encosta e inundações nas duas áreas objeto de estudo; Observar as diversas formas de atenuação dos problemas, partindo dos moradores e do poder público; Pesquisar as diferentes formas de degradação ambiental e propor soluções apropriadas para as áreas degradadas; Traçar um perfil dos principais problemas ambientais advindos do uso e ocupação do solo.

2. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados foram: • Levantamento bibliográfico com ênfase na questão ambiental urbana, citando-se Barros, et al (2000), Gonçalves & Guerra (2001), Guerra & Cunha (1996), Melo et al (2000), Sogame (2001), Santos (2004) que contribuíram para o conhecimento e compreensão dos riscos ambientais mais presentes nas cidades brasileiras. Foi realizada junto à Biblioteca Central da UFPB, Biblioteca Setorial do Departamento de Geociências e AGB-Seção João Pessoa; • Pesquisa documental junto aos órgãos públicos, que permitiu obter cópia das fotografias áreas de 1976 e 1998 da área do estudo, mapas temáticos, dados pluviométricos e contatos com pesquisadores da temática em questão; • Dados secundários foram levantados junto a Secretaria de Desenvolvimento Social, que disponibilizou do acervo dos Dados Sociais das Favelas São José e Timbó e levantamento jornalístico; • Análise das informações coletadas com subsídio para apreensão da dimensão empírica do tema em questão; • Trabalho de campo, a fim de apreender e levantar um acervo fotográfico da degradação ambiental nos ambientes segregados a partir do uso e ocupação do solo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apontam que as ocorrências de deslizamentos e inundações no município de João Pessoa, em especial nas áreas de risco da cidade, estão atrelados ao crescimento urbano caótico e não planejado. Nos últimos anos a população nas favelas cresceu de tal forma que quase todos os bairros da cidade em sua proximidade existem favelas. Na década de 1980, João Pessoa contava com **31** favelas com uma população de **73.791** habitantes, vivendo em **14.865** domicílios. No entanto, a realidade atual é alarmante e preocupante, passaram-se **20** anos, os números cresceram de maneira que atingiu um total de **109** favelas, correspondendo a **24.735** domicílios.

A população da cidade de João Pessoa teve um incremento de **108.396** habitantes da década de 1970 para a de 1980. Foi neste período, expressivamente nos anos 1980, quando ocorreu a explosão das favelas no município, devido a diversos fatores, tais como: migração campo-cidade, crise do emprego e deterioração das condições de vida da população. Não obstante, as aspirações das pessoas de baixa renda não se configuraram satisfatórias, pois muitos deles ocuparam espaços vazios na cidade, que os fizeram pessoas marginalizadas e segregadas. Posteriormente, passaram a ter problemas com a infraestrutura, onde fixaram suas moradias, pois tratavam de áreas sujeitas as inundações sazonais e deslizamentos a cada inverno rigoroso na cidade de João Pessoa. As condições de drenagem da capital paraibana é um grande problema a ser resolvido, pois desde a sua fundação foram poucos os investimentos na área de saneamento básico.

Em 1980 a favela São José então chamada favela Beira Rio, possuía **3.604**, habitantes num total de **744** domicílios. Adensou-se em uma área imprópria e ilegal por questões de ordem física e jurídica. Margeando o rio Jaguaribe e a encosta à margem direita do citado rio. Na década de 1970 a distribuição das moradias ocorria de forma bastante dispersa, não afetando o leito do rio Jaguaribe e nem tão pouco a encosta do bairro João Agripino. Observa-se na Fotografia aérea de 1976 (Figura 1) que o rio Jaguaribe encontra-se com aspectos naturais ainda preservados, como a largura do seu leito e uma vegetação de pequeno e grande porte margeando-o. Atualmente a favela conta com **7.923** habitantes, num total de **1.545** domicílios. Com esta população o espaço em tela, e especialmente o rio Jaguaribe, sofreram mudanças naturais conforme pode ser visto na Figura 2, levando a alterar traços naturais importantes como a mata ciliar e a largura do seu leito. O crescimento da cidade em direção leste e da população da favela São José foi um fator preponderante para a degradação e mudanças na qualidade ambiental do rio e de vida dos habitantes.



0 150

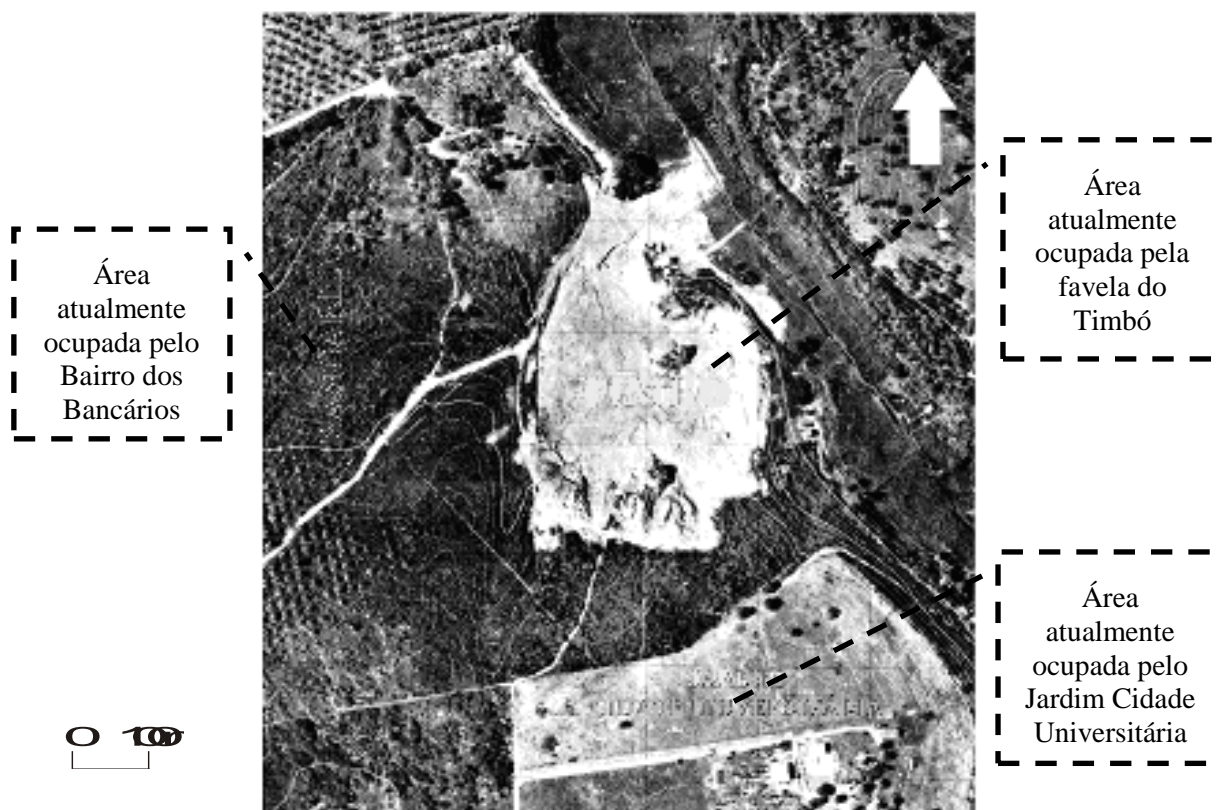
Figura 1 – Fotografia Área de 1976, em destaque a Favela São José. Observa-se nitidamente o leito do rio Jaguaribe sem a presença de moradias nos terraços e em sua volta os lotes vazios do Bairro de Manaíra.



0 200

Figura 2 – Fotografia Área de 1998, destaca-se a forte expansão urbana do Bairro São José e seu entorno e as transformações na paisagem ao longo do Jaguaribe e o Bairro de Manaíra densamente povoado.

A favela Timbó adensa-se em uma antiga área da cidade de João Pessoa que foi explorada com a retirada de material (barro) para construção do Conjunto dos Bancários (Figura 3).



Extraído da ortofocarta 79/90, 1978

Figura 3 – Local onde se originou a Favela Timbó em uma antiga área de mineração.

Conforme a Figura 3, observa-se uma grande mancha desnuda em forma circular à margem esquerda do rio Timbó. É neste local que na década de 1980 inicia-se a ocupação por uma população de baixa renda. A atividade de extração de barro (mineral) acarretou severas modificações na paisagem, deixando-a com grandes barreiras abruptas. É neste local, que apresentava condições impróprias de ocupação, que os moradores iniciaram as construções das moradias, não levando em consideração os riscos existentes devido a fragilidade do ambiente natural pós modificação.

A realidade pessoense no tocante às áreas de risco é a de que a cada ano cresce o número de habitantes que as ocupam, não havendo os cuidados necessários com os ambientes frágeis e insalubres.

A cidade de João Pessoa vivencia nos últimos anos, em suas manchetes jornalísticas, as matérias sobre as áreas de risco em dois momentos, sejam nas chuvas de verão e ou no período do inverno. Os temporais, os desabamentos de casas, os deslizamentos de barreira e as inundações são assuntos que vem à tona na época da chuva. Nos últimos anos a distribuição das chuvas no município de João Pessoa é bastante irregular, ocorrem meses menos chuvosos e meses mais chuvosos.

A favela São José enfrenta com maior gravidade os problemas de deslizamentos e inundações nos meses de inverno, ja que a chuva que cai nos meses de verão não apresenta tanto impacto à



comunidade. A maior incidência de chuvas ocorre entre os meses de abril e julho. Os deslizamentos e as inundações são acarretados pela falta de infraestrutura nas favelas e pela agressão ao meio ambiente pelos próprios moradores, pois suas habitações situam-se nas proximidades dos rios (Timbó e Jaguaribe), sofrendo assim com os alagamentos por ocasião das enchentes sazonais. Por outro lado, ocupam também trechos das encostas, no sopé e no topo, nos quais a vegetação é retirada, tornando os locais vulneráveis a deslizamentos nos períodos chuvosos.

3.1 Formas de atenuação dos problemas

Por ocuparem áreas de risco, os habitantes das duas favelas tomam algumas medidas preventivas por conta própria ou recebe melhorias através do poder público. As medidas adotadas para atenuar os problemas das enchentes e dos deslizamentos partindo dos moradores dão-se de forma ineficiente, pois os mesmos não possuem conhecimentos técnicos suficiente. Observa-se continuamente por parte dos moradores a produção das casas em direção ao leito dos rios Jaguaribe e Timbó, que a cada período chuvoso transbordam provando inundações. Outrossim, evidencia-se a persistência, por parte dos moradores, em continuarem as moradias e morando no sopé das encostas, local sujeito à ocorrência de deslizamentos. Os hábitos dos moradores transformaram o ambiente natural, tornando-o susceptível ao desencadeamento de problemas naturais constantemente, pois a presença de agravantes como lixo e esgoto foram registrados nas duas favelas tanto nas encostas como nas várzeas dos rios.

O município de João Pessoa possui a Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC, cujo objetivo é coordenar um conjunto de ações com finalidade de prevenir e reduzir desastres que possam causar riscos e danos pessoais ou materiais à população. A cada ano esta comissão se reúne para traçar o Plano de Ação Preventiva a ser desenvolvido nas áreas de risco da cidade. As ações não se tornam definitivas, pois as condições que são impostas a população de baixa renda que habitam as duas áreas de risco do presente estudo fazem com que elas não respeitem as formas de atenuação dos problemas. Na favela Timbó a Prefeitura Municipal pavimentou a entrada principal, para melhorar o escoamento da água da chuva, que direcionava para a base da barreira, evitando assim a erosão no sopé da encosta. No entanto, são constantes os deslizamentos na área, a cada período chuvoso. A favela São José conta com uma obra de infra-estrutura característica de áreas de risco, trata-se do muro de arrimo, obra que tem por finalidade impedir o deslizamento da encosta, que tanto assusta os moradores da comunidade no período chuvoso.

3.2 Formas de Degradação Ambiental x Possíveis Soluções

O aumento da população nos últimos anos nas favelas Timbó e São José contribuíram para o aparecimento de diversas formas de degradação do meio físico. As causas de deslizamentos e inundações se propagaram através das atividades humanas, levando ao surgimento e intensificação dos processos erosivos. Em alguns pontos das favelas observam-se as mudanças na paisagem, caracterizada principalmente pela expansão das moradias em direção aos ambientes susceptíveis às intempéries naturais.

Os moradores praticam diversos impactos ao ambiente, não levando em consideração os riscos que podem desencadear pelas ações, tais como: escavação nas encostas desprovidas de vegetação; cortes para aumentar a área de construção das casas; lançamento de lixo; direcionamento dos esgotos em direção às encostas e leito do rio; desmatamento da vegetação para construção de novas moradias, etc. As favelas são reflexos latentes do sistema capitalista que as segrega e impõe tais impactos, levando-as a alterar a capacidade de suporte do solo com o aumento da densidade populacional em um ambiente frágil e insalubre.

As áreas de risco da cidade de João Pessoa, em especial as tratadas no estudo, são bolsões de pobreza e degradação ambiental, pois ocupam locais de grande expressividade natural, como o rio Jaguaribe, que corta toda a favela São José e conseqüentemente recebe os mais variados dejetos oriundos das favelas e bairros adjacentes carentes de infra-estrutura. No tocante a falta das condições mínimas de saneamento (lixo, sedimentos e esgotos) configurando impactos diretos no rio Jaguaribe. A favela Timbó não se diferencia da favela Bairro São José. Em se tratando dos impactos ambientais,



a comunidade também agride o rio Timbó que margeia algumas casas que ocupam a várzea. Os rios tornam-se espaços homogêneos que caracterizam os aglomerados, devido o grau da degradação ambiental em sua várzea, não respeitando a legislação ambiental vigente

Por se tratar de uma população de baixa renda, com hábitos e costumes não voltados a preservação do meio ambiente, faz-se necessário adotar uma política de conscientização a curto, médio e longo prazo, com os habitantes, para que os mesmos diminuam os impactos ambientais diretos, produzidas pelas formas de construção do espaço.

Programa de Educação Ambiental, faz-se necessário a fim de oportunizar os sujeitos refletirem sobre suas ações no lugar. O poder público ao invés de legitimar as áreas de risco, oferecendo algumas melhorias paliativas e não definitivas, deve atuar com campanhas educativas voltadas ao respeito a natureza, alertando também a população das áreas de risco, sobre os riscos de deslizamentos de barreira e inundações sazonais, e orientando os habitantes dos aglomerados que evitem jogar lixo sobre as encostas, leito dos rios, evitem ocupar as áreas do sopé das encostas e as várzeas dos rios.

3.3 Principais Problemas Ambientais x Tipos de Uso e ocupação do Solo

As Favelas São José e Timbó ao longo dos anos convivem com diversos problemas ambientais acarretados pelo uso e ocupação do solo. As ocupações repercutem de forma negativa para a qualidade de vida da população e do meio ambiente.

A forma de produção do espaço e da vida dos habitantes dos locais estudados faz com que eles convivam com as mais variadas formas de utilização, seja nas encostas ou na área de várzea.

Observam-se nas duas favelas semelhanças quanto ao uso e ocupação do solo. O rio Jaguaribe encontra-se assoreado e com indícios de eutrofização. Hoje ele aparece na favela São José em forma de um estreito canal, pois os moradores ocupam toda a sua várzea, chegando a construir suas casas sobre as águas. O rio Timbó não foge à regra é também reduzido de tal forma que sua aparência é de um córrego.

A precariedade das habitações é um fator preponderante para agravar mais ainda os problemas ambientais. A presença de palafitas na favela São José demonstra o grau de pobreza e da qualidade de vida dos habitantes. As encostas são ocupadas constantemente nas duas comunidades, agravando o risco de deslizamentos de barreira e desmoronamentos de residências.

Os moradores conseguem fixar as moradias em patamares da encosta, realizando um corte frontal e nivelando uma base horizontal para iniciar a construção de forma precária, a sua residência. Por se tratar de rocha sedimentar, as encostas do Baixo Planalto Costeiro se tornam frágeis a ação das chuvas e desencadeiam os desmoronamentos das construções. Na favela Timbó, persiste a permanência de moradias no sopé das barreiras desprovidas em parte da cobertura vegetal primitiva, sendo hoje reduzida a presença de gramíneas ou de uma vegetação de grande porte. O que se observa também nas duas favelas é a presença de árvores de grande porte como coqueiros e mangueiras.

4. CONCLUSÃO

A repercussão dos problemas enfrentados pela população que ocupa as áreas de risco da cidade de João Pessoa é de natureza destrutiva e caótica para o binômio sociedade/natureza. As cidades, com o passar do tempo, denotam claramente como vem sendo tratada a questão ambiental urbana nos seus diferentes seguimentos e camadas sociais, não respeitando os limites naturais.

As áreas de risco ocupam os lugares insalubres e desprovidos de infra-estrutura, pois também são favelas da cidade de João Pessoa. Das **109** favelas existentes, foi observado no presente estudo que **19** ocupam o *status* de áreas de risco, por localizarem-se em ambientes frágeis ao desencadeamento de problemas tais como deslizamentos de encostas, desmoronamento de residências e inundações.

A expansão da cidade de João Pessoa, nos últimos anos, vem repercutindo de tal forma, que são desencadeados impactos ambientais por falta de um planejamento urbano eficaz e contínuo voltado para esses espaços e de uma educação ambiental inexistente à população que ocupa os lugares impróprios a fixação de suas moradias, a fim de romper os laços culturais impostos pelas condições econômicas que norteiam esses espaços segregados.

Marçal & Guerra (2001, p. 299), afirmam que a expansão de uma cidade envolve fatores ambientais, econômicos, sociais, culturais e políticos. Dessa forma, existe a necessidade de uma organização no espaço e de um planejamento urbano que leve em consideração a atuação de fatores econômicos e sociais sobre a natureza das cidades, para uma melhor qualidade de vida no seu espaço urbano. Ruas tortuosas e não pavimentadas; esgotos a céu aberto; precárias habitações; aproveitamento do solo irregular; péssima qualidade de vida e uma degradação ambiental alarmante, foi evidenciado e constatado nas duas favelas estudadas, confirmando com isso o *status* de Áreas de risco. Se os problemas acima não bastassem, elas ocupam as encostas frágeis da Formação Barreiras e as várzeas e os terraços dos rios Jaguaribe e Timbó.

As áreas de risco Favelas São José e Timbó estão entre as mais problemáticas da cidade, pois as ocorrências de deslizamentos, desmoronamentos e enchentes a cada inverno são constantes. Por falta de opção os moradores que ocupam as áreas críticas das favelas, dificilmente deixam os locais sujeitos aos problemas acima, pois não querem sair do local devido a localização e os hábitos adquiridos no local que os “beneficiam de certa forma” (ex. proximidade com o local de trabalho).

Das duas favelas estudadas, foi observado que a favela São José é a que denota mais agressividade ao meio ambiente, observa-se à presença das moradias nos terraços fluviais próximo ao leito do rio Jaguaribe e o direcionamento desta particularidade na qualidade do rio (Figura 4). As encanações dos esgotos são direcionadas para o rio; lançamento dos resíduos sólidos e disposição das moradias de forma, que contribuem para o assoreamento e diminuição do canal, favorecendo as inundações.



Figura 4 – Presença de moradias no leito do rio Jaguaribe, favela São José.

Foi observado que a distribuição onde as moradias são fixadas na favela Timbó preocupa a população e o poder público, diferencia da favela São José por ocupar o topo acidentado e o sopé da encosta íngreme desprovida de cobertura vegetal. Não obstante, os impactos acima outros de menor ou maior agressão foram observados nas favelas São José e Timbó tais como: **a)** Retirada de barro nas encostas agravando a desestabilização das encostas. Essa atividade é evidenciada justamente nas casas que acompanham o sopé da encosta; **b)** Poluição das águas do rio Jaguaribe e Timbó devido a precariedade do sistema de saneamento básico; **c)** Impermeabilização do solo pela presença da



abertura das ruelas e vielas e pela densidade das habitações nas proximidades dos leitos do rio Jaguaribe e Timbó; **d)** Canalização das águas servidas e lançamento dos efluentes líquidos e sólidos da favela Timbó de Cima em direção ao Timbó de Baixo, agravando a desestabilização da encosta, comprometendo a população que ocupa o sopé da barreira aos deslizamentos. **e)** Presença de lixo nas encostas da favela São José comprometendo a instabilidade das encostas por consequência do acúmulo de água acarretado pela presença dos resíduos jogados pelos moradores.

As favelas, São José e Timbó, são retratos latentes da realidade da problemática ambiental e habitacional da cidade de João Pessoa, que devido a falta de uma infra-estrutura básica desencadeasse vários impactos e degradação ao meio ambiente urbano. As áreas de risco tratadas no estudo em tela refletem também a luz da desigualdade social e o sucesso do modo capitalista de produção e não o seu fracasso. Trata-se de áreas de segregação socioespacial, pois dividem espaços e impactos ao ambiente natural com camadas mais favorecidas da cidade. Se o poder público não atuar de forma definitiva para sanar os problemas agravados pelas moradias as consequências serão cada vez mais catastróficas. Necessita atuar com eficácia e não com medidas paliativas para atenuar os problemas no período chuvoso e esquecer-los após cada passar do inverno.

REFERÊNCIAS

BARROS, M. V. F. et al. Reflexões sobre os condicionantes geo-ecológicos sob a ótica da análise ambiental urbana. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 3, n.º 17, 2000.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. M. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. Degradação Ambiental. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GONÇALVES, L. F. H.; GUERRA, A. J. T. Movimento de Massa na Cidade de Petrópolis (Rio de Janeiro). In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA S. B. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MARÇAL, M. S.; GUERRA, A. J. T. Processos de Urbanização e Mudanças na Paisagem da Cidade de Açailândia (Maranhão). In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA S. B. (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MELO, A. S. T. et al. Ocupação dos vales do Jaguaribe e do Timbó. In: MELO, A. S. T. (Org.). **Aglomerados subnormais dos vales do Jaguaribe e do Timbó: Análise geo-ambiental e qualidade do meio ambiente**. Departamento de Geografia de História, Universidade Institutos Paraibano de Educação, João Pessoa, Relatório, 2001.

PEQUENO, R. Processo de Implantação da Cidade em Fortaleza-CE. **AGB-Nacional, São Paulo, Jul. 2003, Disponível em:** <www.cibergeo.agb.com.br>, Acesso em: 11 jul. 2003.

SANTOS, J. A. **Análise socioambiental em áreas de risco no município de João Pessoa (PB): o caso dos aglomerados subnormais bairro São José e Timbó**. 2004. 68 f. Monografia de Graduação – Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SOGAME, M.. Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial. **Geografares**, Vitória, n. 2, p. 100, jun. 2001.